

De Caminha a Mendes Pinto: Brasil, Extremo Oriente e outras maravilhas

FRANCISCO FERREIRA DE LIMA

1. A VIAGEM: NOVOS SABERES, NOVOS SABORES

Dois ferozes inimigos tiveram que combater os narradores de viagens, na sua luta para fixar um novo saber. De um lado, um conhecimento secularmente estabelecido pelas autoridades de plantão de sempre, legitimados, estas e aquele, pelo poder soberano da Igreja. De outro, um real novo, que lhes entrava sentido adentro, sem pedir licença ou aguardar a montagem de arcabouços em que pudessem ser previamente contidos, antes de se lhe atribuir classificação, aspiração definitiva de todos os saberes, mesmo daqueles que se pretendem não ou anti-classificatórios.

Com dois excessos, pois, defrontavam-se os novos viajantes: um excesso de saber e um excesso de real. Dito de modo mais moderno, um excesso de nomes, e um excesso de coisas. O dilema posto aos viajantes, todavia, é que no primeiro caso, apesar de todo o prestígio que lhe conferia o peso da tradição, tratava-se de nomes já ali sem coisas por nomear e, no segundo, de coisas ainda sem nome, e que se acumulavam de maneira incalculável, à espera de serem nomeadas.

Nisto, quanto a mim, residem o fascínio e o mistério daquela literatura que inventou, antes de tudo, nome próprio para si mesma, a literatura de viagens. Nenhum outro gênero vizinho seu ousou tanto e chegou tão perto da utopia quanto ela o fez. Se desde o mais elementar grito poético soado nos desvãos dos tempos o homem busca desesperadamente dar o nome justo à

coisa, como meio de afastar o fantasma da arbitrariedade que o lança no vazio vertiginoso do sem-sentido, o autor de viagens teve o privilégio —ou talvez a desgraça— de pôr-se frente a um real ainda sem nome, para o qual urgia a tarefa de encontrar nomes adequados e justos.

Não é tarefa para muitos, já se vê. Pelo contrário, poucos foram (e são cada vez mais poucos) os homens que se arriscaram no combate frente à frente com o novo puro, preferindo a segurança e o conforto dos velhos e gastos nomes com que nomeavam as coisas nunca vistas nem vividas. Porque o olhar —já o sabemos todos e não será preciso repeti-lo— tanto pode ver como não ver, uma vez que neste ato o ver é só uma parte de um complexo jogo de fatores, de que participam o sonho e o desejo, para além de todos os outros aspectos.

Para cada Marco Pólo, que foi, olhou e viu, há dezenas de Mandeviles que vão —quando vão—, olham e não vêem, viajantes para os quais prescindem-se a viagem. Aquele viaja para ver o que ainda não viu; estes, para ver o já visto. O não visto para eles será sempre rigorosamente simétrico ao já visto. E quando tal simetria não puder ser engendrada —na verdade ela jamais o é— tanto pior para o novo, obrigado a travestir-se de velho e familiar conhecido.

Mas, ainda que obrigado, rebelde, porque nada mais enganoso do que esse pretensão rigor na simetria visto/não-visto. Mesmos nos mais resistentes à novidade, essa, por excessiva, isto é, por não poder ser contida pelo paradigma anterior, evidenciando sua completa impotência para mostrar o que vê, faz transbordar do texto aquilo que ele pretende calar, por assustador, espantoso ou maravilhoso.

Susto, espanto e maravilha. Com essas três palavras atingimos o ser profundo da literatura de viagens. Antes que qualquer coisa possa ser dita ou escrita, o viajante experimenta sensação íntima, uma espécie de **cintilação do real**, como a bem denominou Francis Affergan (1987). Nenhum código, qualquer que seja, será capaz de domá-la, porque ela a todos eles resiste. E só através dessa cintilação que a alteridade pode ser vivida em sua inteireza. Segalen (1978), que em sua fantasia revolucionária a via (e vivia) como um tipo de gozo, por isso mesmo não facilmente redutível às palavras, definiu-a como único meio possível para uma relação de fato igualitária com o Outro civilizacional, isenta de etnocentrismo e outros **ismos**, dentre os quais preconceitos de ordem vária.

Por conseguinte, para que se tivesse a experiência mais proximamente verdadeira do que seria a alteridade, era necessário recuar um —ou muitos— passos atrás para, ao invés de descrever-se o que pretensamente se vê, inscrever-se no visto e daí vir-se a ver. Algo assim como a reescritura do verso

de Pessoa: *O que em mim sente 'stá pensando por um o que em mim pensa – e vê– 'stá sentindo.*

O comparativismo obrigatório e imediato que se segue a toda descoberta é consequência da não observância desse estágio, no qual o eu vê-se a si descobrindo. E não será preciso ressaltar que a comparação será sempre em desfavor do novo, por falta de moldura para que se possa situá-lo com alguma propriedade.

Como queria Segalen, em vez de «objetividade», essa quimera inalcançável que vive a atormentar os descobridores de todos os tempos, antropólogos ou não, subjetividade sem receios na relação com o Outro, pois é através da troca intersubjetiva –e só por ela– que o objeto da descoberta erige-se sujeito, e não por uma qualquer concessão ou magnanimidade do descobridor, senão por uma necessidade deste de ir além do olhar que não vê.

Haverá, pois, uma relação direta entre intensidade na experiência da alteridade, isto é, a profundidade maior ou menor com que o real cintila –para mantermos a metáfora de Affergan– e a capacidade que habilita o viajante a partilhar da troca intersubjetiva. O requisito básico para que essa sequência se estabeleça é a disponibilidade que o viajante tenha para ver. Quanto mais disponível, tanto mais recônditas camadas desse (novo) real se lhe tornarão visíveis.

Naturalmente há literatura de viagens e literatura de viagens. Seria um tanto extravagante exigir de um roteiro ou de uma carta de navegação ou até mesmo de um diário de bordo que trouxessem, à maneira de prefácio, a confissão de seu autor de como se sentiu ao traçar retas e curvas dos caminhos descobertos. Extravagante, sim, mas por inadequado, entenda-se, porque nenhum viajante, qualquer que seja ele, está imune à experiência da alteridade. Muito pelo contrário, o esforço que usualmente se faz para ver-se o novo pelo velho não é senão a maneira mais prática –nunca completamente eficaz, é bem de ver– de exorcizá-la, negando o fantasmático do desconhecido.

Mas há uma literatura de viagens em que a disponibilidade para ver disputa a primazia com o relato do assim chamado dado objetivo. Estamos nos referindo, é claro, à literatura de viagens que não supõe ainda um aparato teórico prévio à escritura, como vai-se dar a partir do século XVIII com as teorias sobre o exotismo. Ainda que a narrativa esteja carregada de elementos comparativos, como acontece em quase todas elas, o deslumbramento com que se conta quase que completamente ofusca o contado, anulando por frequentes vezes a presença do elemento etnocêntrico.

Dois momentos desse percurso –da objetividade que busca esconder o deslumbramento à disponibilidade para ver que ofusca o dado objetivo– serão examinados na parte analítica deste trabalho. Para tanto, dois foram os

autores escolhidos. O primeiro é **Pero Vaz de Caminha** e seu texto fundador, por isso mesmo emblemático do **Tratado de Tordesilhas**, a *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. O segundo é **Fernão Mendes Pinto**, homem ávido de ver, cuja *Peregrinação* articula, de maneira semelhante a um caleidoscópio, o mais impressionante conjunto de visões — e as sensações dessas visões — jamais escritas acerca do Extremo-Oriente.

2. A CARTA DE CAMINHA: ESPANTO, AUSÊNCIA, PRESENÇA

Liderados por Jaime Cortesão, cuja tese do sigilo marcou época nos estudos históricos sobre os descobrimentos, são muitos os autores que querem ver uma ausência de espanto ou surpresa na carta de Caminha, em que este descreve o *achamento do Brasil*. Tudo era tão esperado quanto ao encontro, suspeitam Cortesão e seus seguidores, que Caminha salta de imediato um degrau: em vez de tratar do encontro, trata do encontrado.

Sem querer entrar no mérito da tese famosa, que ganhará muito mais pertinência se discutida em congressos — de preferência sigilosos — de agentes secretos, julgo que muito se terá perdido se as coisas se passaram exatamente assim. Nenhum grito, nenhum murmúrio, nada parecido com aquele vibrante a *terra é azul* dito pelo astronauta ao ver a terra de longe. Apenas e somente modesto ponto de exclamação na versão moderna que consulto, após a frase *houvemos vista de terra*, como se o autor da versão se obrigasse, dissimulada e minimalisticamente, a repor a admiração que ali devia estar.

Mas não creio que as coisas se tenham passado exatamente assim. Muito ao contrário. É um processo de subversão do real, aquilo que já chamei de excesso de real, que faz Caminha deixar o encontro pelo encontrado. Recusada a cintilação, aquele momento único em que o gozo de novo obnubila as hierarquias e arrebatava o sujeito, Caminha vê-se forçado (e é essa a palavra, *forçado*) a descrever a varejo aquilo que recusara por atacado. Assim é que ao longo de todo o seu texto o inapreensível irrompe, provocando fissuras na ordem previamente estabelecida. O resultado disso é um flagrante descompasso entre o começo e o fim da carta, descompasso que marca uma passagem de mão dupla. Inicialmente a ausência de espanto dá lugar a um espanto da ausência, para em seguida, e a contrapelo, transformar-se em um espanto da presença, ante a qual o escritor vê seu projeto de objetividade sofrer alguns atropelos, felizmente superáveis pelo comparativismo desfavorável com que o novo é sempre aquinhoado à medida que ameaça instalar-se em definitivo.

Os três momentos desse percurso são marcados por cambiantes lingüísti-

cos facilmente identificáveis, de acordo com a progressiva incapacidade do escrivão para domar a intromissão do novo. De absoluto domínio do real e da escrita, em que não falta mesmo o lugar comum do *para o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer*, presente em toda e qualquer narrativa de viagem, a carta avança para o *infindo, o mais não poder*, passando pelo espanto da ausência, em que faltam ferro, roupa, animais domésticos e, porque não se vê, plantação, morada, etc.. Vejamos mais de perto essas três etapas do percurso descritivo de Caminha. Passe-se, pois, a palavra ao próprio:

... estando da dita ilha (de São Nicolau, em Cabo Verde) obra de seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas, segundo os pilotos diziam, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buchos...

Neste dia, horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal – e à terra – a Terra de Vera Cruz (1987:60-1).

Não é difícil perceber-se o fechamento para a cintilação que o encontro com esse real novo provocaria. Porque, antes de qualquer coisa, trata-se de *reconhecer o desconhecido*, para utilizarmos a bela fórmula cunhada por Helder Macedo, em comunicação apresentada ao XIII Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa. Fechado para ver o novo, já que não se sabe o que fazer com ele, o viajante – e assim procede nosso escrivão – faz deslizar por sobre os novos significados aqueles outros velhos, únicos que possui para ver o real. Qualquer que seja este, novo ou velho.

Esperado ou não, o encontro de Caminha com o Mundo Novo tem seu impacto amortecido, para não dizer praticamente anulado: o novo é o velho. A construção do envelhecimento do novo é feita por um processo gradativo, sem o que o vazio de sentido não seria coberto. Duas operações textuais o demonstram. A primeira, de ordem propriamente estilística – fiquemos com o velho termo em falta de coisa melhor – é o elidir a viagem. Ora, ainda que haja a atenuante de o escrivão eximir-se de tratar das *singraduras*, provável tarefa dos pilotos segundo crê, é espantoso que um percurso tão longo – e se não fora assim não caberia o recurso à alternativa, *seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas*, ênfase que vai muito além da mera exigência de exatidão – é espantoso, dizia, que um percurso tão longo, com tudo o que nele implica, seja tratado de modo tão retilíneo, criando a sensação no leitor, mais que de velocidade, de vertigem. A viagem, ou melhor, a descrição da viagem torna-a uma espécie de passe de mágica. Ainda que se tenham passado exa-

tos trinta dias entre o Cabo Verde e a Terra de Vera Cruz, a sensação é de algo vertiginoso, que elimina em simultâneo o tempo e o espaço (novos). O efeito é evidente. Vencida a viagem, aponta-o sua negação no espaço da escritura, restabeleceu-se a continuidade que o mar —tanto mar— vem lembrar como um fantasma.

E essa continuidade é reafirmada pela outra operação textual. Viajadas *seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas* é como se ainda o escrivão não tivesse saído de casa. Tudo lhe é absolutamente familiar, sejam elementos de fauna ou de flora. Ou melhor, narrador prudente que é, tudo se lhe torna familiar. Para tanto é preciso a intervenção do marinheiro experimentado, que legitima sua descrição. *Botelhos, rabo-de-asno, fura-buchos*. Postos os nomes, o desconhecido entra em processo de reconhecimento. E assim está amortecido ou anulado o desamparo do encontro.

Detalhadamente construído, este se dá em contexto de previsibilidade. Em toda a descrição do encontro, releia-se para relembrar,

Neste dia, a hora de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; de terra chã, com grandes arvoredos ... (1987:61),

em toda descrição do encontro, como vinha dizendo, não há um único qualificativo marcador de assombro genuíno. Como se não houvesse adjetivos a escolher, o escrivão faz uso de *grande*, e repete-o uma segunda vez em *grandes arvoredos*. Para enfatizar a grandeza do monte, utiliza termo do mesmo campo: *alto*. E temos descrita a terra nova, entrevista a pouco mais de seis léguas de distância, em pleno meio da tarde de um abril tropical.

A sensação que fica no leitor é a de que qualquer lugar poderia receber tal tratamento, uma vez que nada de particular marca o encontro. Muito ao contrário, *grande* e *alto*, que se ligam aos seus correlatos *chã* e *baixo* (além de *redondo*, que busca alguma concreção física com fim visual, sem, no entanto, ir muito além de uma imagem cristalizada), são, com efeito, tão genéricos que a praticamente tudo podem circunscrever. E a eleição dos dois pares opostos —*grande/chão*, *alto/baixo*— como que esgotam a realidade vista, a qual é enquadrada de maneira binária na primeira moldura que dela se faz.

Se antes não se ia tratar das singraduras e marinhagem por haver para isso gente apropriada, como entender tanta parcimônia descritiva, que reduz ao limite do zero o impacto do encontro inaugural? Esta é a hipótese: mais que falta de expectativa, decorrência da certeza do que vai achar, trata-se do resultado final do fechamento à experiência da cintilação, desfecho da bem urdida pavimentação que a viagem —ou a fabricação da sua ausência— com

perfeição construíra. Por mecanismo de defesa, a recusa a ver é estratégia fundamental na fundação do pacto com esse novo —afinal, é bem de ver, ninguém constrói impérios nem saqueia povos tecnologicamente menos desenvolvidos a partir do gozo que a experiência da alteridade possa permitir.

Não nos enganemos, todavia. O gozo da alteridade não é algo de que se pode descartar com facilidade. Entrega-se-lhe a ele e vive-se, por momentos, como em todo gozo, o caos absoluto da desordem dos sentidos; recusa-se-lhe e ele irrompe em fissuras no dique constituído para contê-lo. É o que se dá com Pero Vaz de Caminha. Preparado —e bem— estava o escrivão para defender-se do confronto com a visão inicial, para o qual utilizara métodos semelhantes ao daquele antigo e conhecido navegador que se amarrava aos mastros de seu navio, de sorte a evitar entregar-se às tentações da alteridade, por ser sabedor de que é impossível se lhes escapar.

Se quanto à cisão primeira —o choque do encontro inaugural— o escrivão leva a melhor, o mesmo já se não poderá dizer do que vem depois. A partir da atracação, o escrivão ver-se-á submetido a dupla tarefa. Sua carta passa então a ser a descrição da terra e do homem novo como ele pretende, por um lado, e a dura batalha contra a irrupção do maravilhamento, por outro. À ausência de espanto da visão de conjunto inicial, sucede um como que espanto da ausência, que interroga esse real novo pelo que lhe falta, assustado pelo que lhe excede. Sem nunca desaparecer, esse espanto da ausência, no entanto, vai sendo contaminado pela presença do excesso, que, à revelia, impõe sua marca, levando a que a comparação, sempre desfavorável em relação ao novo, seja por vezes invertida.

Antes de aí chegar, entretanto, observemos a aproximação da terra nova, pois que, até então, tratava-se de visão à meia distância, em que contornos só podem ser entrevistados de modo amplo, como a série de adjetivos já analisada demonstra de modo patente. Observemos a aproximação, pois.

E à quinta feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direito à terra, indo os navios pequenos diante, por dezasseis, dezasseis, quinze, catorze, treze, doze, dez, e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncora em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos (1987:61)

Se tudo o que se disse até agora quanto aos mecanismos de defesa com que o escrivão se armara para enfrentar a novidade não bastasse, o recurso estilístico utilizado no trecho acima poderia servir de prova definitiva. De modo cinematográfico, como se fora em câmara lenta, o leitor vê os navios pequenos aproximarem-se da terra, através da reiteração monocórdica de braças contadas uma a uma, como se a precisão da narrativa fosse um suce-

dâneo da segurança da ancoragem. Se quanto à segurança pode-se louvar a prudência dos pilotos ao medir braça a braça a profundidade das águas, tamanho pormenor não se pode pedir à narrativa, a nenhuma narrativa, a não ser àquela que se pretenda do tamanho da vida.

No caso do escrivão, trata-se de mais uma maneira de se defender. É como se, pé ante pé, ou melhor, palavra à palavra, a escrita funcionasse como uma escada, cujos degraus seriam patamares em que o observador respira, rearruma seus dispositivos mentais e acumula forças para o confronto definitivo, o qual não mais poderá ser visto de maneira genérica, com sucedera quando da visão primeira. Faz-se necessário, agora, instrumental mais preciso, muito além de adjetivos banais, de que inicialmente o autor se servira. O movimento cadenciado dos navios (e da escrita) dá a medida exata desse processo de rearticulação a que se obriga o escritor, e demonstra, para além disso, sua habilíssima capacidade para construir especiais efeitos retóricos.

Mas eis que é chegada a hora do desembarque.

E o capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos e eles os pousaram. Ali não pode deles haver fala, nem entendimento de proveito por o mar quebrar na costa (1987:62).

Ainda que os homens da terra já tivessem aparecido anteriormente, e portanto já se soubesse povoada a terra, a ordem é de ir ver o rio. Única e exclusivamente. Esses homens surgem, assim, como uma espécie de impedimento, a desviar a atenção do projeto inicial: ver o rio. Não são o centro a que se dedica o olhar inicial; quando muito, parte do cenário, que obrigatoriamente impõe sua presença. Entretanto o fundamental, a nudez, que marcará a distância mais humano *versus* menos humano é percebido de imediato e se tornará verdadeira obsessão na carta —o que por si só justificaria amplo estudo.

Já não se pode dizer o mesmo quanto a compreender a ação inicial ou outra qualquer ação dessa gente —o que convenhamos é pedir demais ao escrivão, que não quer ou que não pode ver. Apesar da bela síntese que consegue em seu texto, ao mostrar os nativos entre força e mansidão —recorde-se: os habitantes da terra vão *rijamente*, isto é, de modo decidido, determinado sobre o batel, mas pousam seus arcos e setas a um simples gesto de Nicolau

Coelho— apesar desse belo efeito descritivo, que traduz em última instância a compreensão profunda do modo de ser do nativo, Caminha nega essa compreensão ao afirmar a ausência de fala e de *entendimento de proveito*.

Como compreender sem proveito o investimento que transforma uma atitude de presumível cariz belicoso em curiosa passividade? Ao interpretar corretamente o gesto que sugeria pousar as armas, os nativos estabeleceram a base pela qual o modo de relacionamento entre os viajantes e os da terra podia ser pautado. Mas nada disso parece impressionar Caminha, apesar desse princípio fundamental de comportamento ter sido firmado. E a incompreensão, ou, o que será pior, a falta de vontade para compreender, não resulta apenas da dificuldade física de acesso, como se justifica nesse caso. Ao longo de toda a carta —tarefa impossível de demonstrar neste momento— há um notável desequilíbrio entre precisão no observar dos elementos externos e imprecisão nas hipóteses quanto aos internos. Tanto mais pormenores são vistos, tanto mais difícil é o interpretá-los, pois as conexões obrigatórias que se estabelecem entre elas tornam-se cada vez mais complexas. Melhor é não se lançar na aventura do desconhecido. Mesmo porque esse desconhecido padece de flagrante carência, traduzida inicialmente na visão da nudez, espantosa visão —tingida por um sutil e recalcado gozo—, que jamais abandonará Caminha. Assim é que se pode entender a insignificância com que o gesto tão importante de pousar as armas é recebido. Essa carência, que é escassez, precariedade e, numa palavra, inferioridade, legitima o recebimento do gesto, que é enquadrado em um plano de naturalidade, responsável por assimilá-lo como uma simples, ou melhor, simplória manifestação do mandar e obedecer.

Esse é o ponto de viragem. A partir daí surgirá o que chamei de espanto da ausência. Tudo que falta deixará pasmado o escrivão. E tudo que falta, entenda-se, é o que ele supõe devesse ali existir. Não é que falte efetivamente —e isso já veremos—. É que falta o que ele queria, desejava ou precisava encontrar. A nudez, como já se antecipou, é o elemento, por excelência, marcador dessa precariedade, abrindo a perspectiva para a diferenciação entre humano, ou mais precisamente, entre mais humano e menos humano. Aliás, justiça se lhe faça, em momento algum o escrivão duvida da humanidade dos nativos, senão em sua menos-humanidade, o que não é muito, convenhamos. Humanos, sim, mas de condição inferior. Que falem as (espantosas) ausências:

Mostraram-lhes (aos nativos) um papagaio pardo que o capitão traz consigo; tomaram-no na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha; quase tive-

ram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão, peixe cozido, farteis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e se alguma coisa provavam, logo a lançavam fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada nem quiseram mais. Trouxeram-lhe água numa albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora (1987:67).

E elas não se reduzem ao plano unicamente do alimentar, que por si só daria bastantes elementos marcadores da clivagem entre mais e menos humanos. Seguramente, terá suposto o escrivão, não será integralmente humano quem não reconheça certos e definitivos sabores –ainda que haja outros tantos, como se pode provar pelos corpos *nédios* e tão bem jeitosos com que se defronta.

Mas não será também integralmente humano quem recusa o espetáculo do poder, pelo qual se mantêm as hierarquias que regulam o estar em sociedade. Esse espetáculo vive de sua visibilidade. Quanto mais se mostra em pompa, circunstância e distância –elemento fundamental para afastar o risco da banalização– tanto mais temido, e por isso, tanto mais respeitado. Não será, pois, integralmente humano quem não for capaz de ver (e temer) esse espetáculo:

O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram, mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém (1987:66).

Todo esse espanto da ausência, é bom ressaltar, tem a nudez como ponto de partida e de chegada. As diversas ausências não são pensadas em si mesmas, mas emolduradas num quadro que tem a nudez como substrato, criando assim uma esplêndida tautologia: porque está nu, não alcança o sabor do vinho, nem compreende o espetáculo de poder, e dando a volta sobre si mesmo, porque não compreende o espetáculo do poder, nem alcança o sabor do vinho, está nu. Daí que a preocupação primeira de Caminha seja o vesti-los, mais precisamente ainda, o vesti-las, fundamental ponto de partida para que se preencha a tábua rasa que é essa gente, vazia de fé, de lei e de rei.

Esse espanto da ausência, contudo, é contaminado pela presença de um excesso de real, que se impõe quase à revelia, obrigando o escrivão a sair do limite de suas articulações simbólicas tão preciosamente arranjadas. O espanto da ausência será assim forçado a conviver com a presença do elemento

novo, para o qual não há enquadramento possível, ainda que desesperadamente se o procure, como maneira de se evitar o desamparo provocado pela irrupção desagregadora do novo.

Esse que se poderia chamar espanto da presença é resultado de um processo. Vimos no começo que os habitantes da terra entram de maneira secundária no projeto inicial: a ordem do capitão-mor é para que Nicolau Coelho vá ver o rio. Pouco a pouco, a presença nativa vai atraindo o foco do olhar até que este já não possa dela se deslocar. E essa visão, inicialmente ritualizada pela ausência, deixa-se mesclar pelo desritualizado da novidade, avançando para uma espécie de êxtase rebelde, que logo a idéia da semente —uma das metáforas mais ricas de sentido na carta— faz recuar. A cada aparição da novidade, que ameaça desordenar o integrado conjunto que sustenta o olhar, o escritor necessita contrapor o velho, através da comparação desfavorável —no limite da animalização— para com o novo, que, de outro modo, afirmaria cintilantemente sua presença:

Os outros dois, que o capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram —do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que as mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e formosos que não pode mais ser (1987:81-2).

Que não pode mais ser. Que quererá dizer exatamente isso? Quase tudo é tão facilmente comparável, quase tudo é tão facilmente redutível, que impressiona ter faltado palavras ao escritor. Porque é disso mesmo que se trata: de falta de palavras para nomear a perfeição que brota a meio de tanta ausência. Afinal, buscava-se apenas Calicut e achou-se o paraíso, perante o qual, e ante o mistério da vida em toda a sua gratuidade, inverte-se compreensivelmente a comparação:

Eles não lavram nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (1987:91).

Rearrumado o olhar porém, que nenhum gozo dura para sempre, sobretudo o que desvela o interdito —e porque só assim pode ver a si— Caminha sabe-se diante de um paraíso, mas de um paraíso perdido, felizmente achado

a tempo de ser salvo pela cristandade. Entre achados e perdidos, o resultado é o que se viu, é o que se vê, é o que se verá. Assim veremos.

3. FERNÃO MENDES PINTO E A DISPONIBILIDADE PARA VER

Fernão Mendes Pinto não é nenhum deslocado no tempo. Por vezes, uma certa crítica, que vai, por razões diversas, de Le Gentil a Rebeca Catz, tentou mostrá-lo homem para além de seu tempo, o que lhe garantiria instrumentos para se caracterizar como precursor do exotismo, no caso de Le Gentil, e fino e mordaz crítico dos valores de seu tempo, no de Catz. Tão fino e tão mordaz que conseguiu fazer com que sua sátira passasse despercebida pelos vários escalões inquisitoriais, ademais de ter ludibriado a vigilância dos jesuítas, uma vez que, na maneira de ver dessa estudiosa, São Francisco Xavier, talvez a mais carismática figura da Companhia, é submetido ao escárnio completo na obra de Mendes Pinto.

Quanto a mim prefiro vê-lo tão somente como homem do seu tempo, e profundamente vinculado ao seu tempo, acrescentaria. Há uma nítida vantagem em vê-lo assim, creio. Desfaz-se pelo menos a idéia, ainda que implícita nesses autores, de um homem privilegiado, dotado de condições especiais, através de que pôde colocar a nu os encobertos —de todos os tipos— do seu tempo, tarefa vedada a seus contemporâneos, que, por não possuírem tais condições não tinham como fazê-lo.

Não há como negar, prova-o exaustivamente página a página a *Peregrinação*, Fernão Mendes é um homem privilegiado, sim, mas não por estar acima dos homens ou adiante do seu tempo, como se fora um invencível super-herói, disfarçado em pobre diabo, para melhor cativar platéias. Muito pelo contrário, seu privilégio —alcançado por muito poucos, é verdade— é o de, homem do seu tempo, imerso em seu tempo, ter sido capaz de olhar e ver o seu tempo como nenhum outro homem. Mas, e isso é o que mais importa, Fernão Mendes Pinto olha e vê como homem de seu tempo, sem o que seu espanto que a tudo toca e encobre perderia muito da sua genuína espontaneidade. A Fernão Mendes Pinto, como ao poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, interessa o *tempo presente, a vida presente, os homens presentes*. Tal e qual o poeta brasileiro, é intenso o seu *sentimento do mundo*. Tudo, em todo canto e lugar o atrai, o comove, o espanta. Nada fica imune ao seu olhar ávido de decifração.

Por vê-lo assim é que duvido dos presumíveis pretextos que possam haver na sua *Peregrinação*, como se esta tivesse sido escrita para dizer outra coisa que aquilo que efetivamente diz. Não consigo ver, por mais que me esfor-

ce, marcas dessa conspiração que o texto da *Peregrinação* articularia, a não ser que, de tão secretas, escapem ao comum dos leitores, o que faria desse livro um objeto especial, cabalístico, digno apenas de (minúsculas) seitas para iniciados.

Ao contrário, desde que veio à luz no já longínquo primeiro quartel do século xvii, e, entre completas e incompletas, cento sessenta e sete edições depois, a *Peregrinação* tem arrematado levas e levas de leitores pelos mais diversos quadrantes do mundo. Nada mais natural para livro tão diverso e tão estranho. Tão estranho e tão diverso que até hoje resistiu a todas as formas de enclausuramento que a história da literatura —e não só esta— tem tentado lhe impor. Ontem, como hoje, e ainda que haja poucas exceções que os sabem inúteis por sua esterilidade, os debates acerca dos percentuais de verdades e mentira nessa obra continuam a ser veementes, opondo partidários do padre Schurhammer, para quem Mendes Pinto escrevera uma pura ficção, e aqueles outros do Visconde de Lagoa, que fez o que pode para livrar o nome do seu conterrâneo da pecha de mentiroso.

Um grande livro, como se sabe, pode prestar-se a quase tudo, ainda mais que os pequenos, pois estes —felizmente para eles— padecem de um, digamos, fechamento semântico, que inviabiliza qualquer tentativa de alocação de novos significados. Ao leitor resta a tarefa passiva de entregar-se a um jogo cujo vencedor já está antecipadamente definido.

Não assim com o grande livro. Nesse caso, a capacidade para receber investimento semântico por parte do leitor é ampla, mas não ilimitada, uma vez que tal capacidade é rigorosamente controlada por dispositivos textuais, que dirão, em última instância, do sucesso ou insucesso desse investimento. A tendência para ver essa amplitude como algo ilimitado e a que tudo permite tem sido a prática majoritária dos estudos literários ao longo do tempo. O século xx, com as diversas técnicas do *close reading*, pôs finalmente um pouco de freio nessa desmedida, ao exigir rigor discursivo, de um lado e demonstração, de outro, como elementos fundamentais para abordagem do texto literário.

Como grande livro, a *Peregrinação* não teve destino diferente dos seus congêneres. Prestou-se ela também a quase tudo. No seu caso, todavia, há um complicador a mais, pois ela se localiza —e está muito bem localizada— neste recorte fluido que é o da *literatura de viagens*, cujo centro é não ter centro nenhum, pois seu fundamento é o de promover uma espécie de redemoinho interdisciplinar, através do qual faz circular muitos e diferentes saberes. E se assim se define o gênero, define-se ainda melhor a *Peregrinação*, pois que, a ela, mais que a qualquer outro livro se poderá empregar com justiça a expressão *redemoinho interdisciplinar*. O centro da *Peregrinação* é um descentramen-

to discursivo pelo qual um olhar, deslumbrado com o que vê, propõe novas medidas (e desmedidas) para os mistérios do mundo. Daí a parcialidade, quando não o malogro, das investidas que se fazem à *Peregrinação* à cata do seu centro, como se este fosse uma coisa única e exclusiva. O centro da *Peregrinação*, se é que ainda se lhe poderá chamar assim, é múltiplo e inclusivo, resultado do deslumbramento de um *eu* que simultaneamente observa e se observa ao observar. A objetividade, fundamento do respeito às hierarquias discursivas, não é moeda corrente na *Peregrinação*.

Por conseguinte, não se trata de optar entre verdade e mentira na *Peregrinação* —a menos que se queira passar por sobre os dispositivos textuais que guiam ou deveriam guiar a produção de sentido nessa obra. Mas de perceber —e isso alguns estudiosos já o vêm fazendo— que a crítica cultural indireta, satírica ou menos satírica, não importa, assim como muitos outros aspectos da *Peregrinação*, ganham mais sentido na economia geral da obra se vistos como resultado desse olhar deslumbrado e não o contrário, isto é, que esse deslumbramento seria um espécie de álibi para que, de maneira subliminar, se pusesse aquilo que seria o fim último da obra: a crítica radical do sistema de valores europeu, português em particular.

Desconfio, hoje mais do que nunca, de tanto planejamento na *Peregrinação*. O deslumbramento, efeito do gozo dos sentidos, não deixa espaço para a construção a priori de ardis narrativos, através dos quais simula-se um jogo com o leitor para esconder outro, o que exigiria uma categoria de leitores especiais. Não é o caso desse livro, que convida o leitor para um mergulho no deslumbramento.

É, pois, a disponibilidade para ver que faz de Fernão Mendes Pinto tão complexo personagem, e da *Peregrinação* livro tão grande. Por tudo isso, ele, Mendes Pinto, se coloca nas antípodas de Pero Vaz de Caminha e de muitos e muitos outros viajantes. De modo diferente desse, que recusa e recalca o gozo dos sentidos, Mendes Pinto entrega-se quase por completo a experiência da cintilação, em que o prazer de ver obscurece frequentemente os mecanismos de defesa com que se (des)classifica o Outro. Sem nunca perder completamente de vista sua base de valor, deixando-a porém, como que em plano secundário, para se valer dela apenas em caso de emergência, Fernão Mendes Pinto deixa-se enredar pela novidade, a ponto de ver a China como um modelo heterodoxo de utopia, o que, aliás, muito contribuiu para sua fama de mentiroso. A China é a etapa final do percurso deslumbrado:

Esta cidade de Pequim de que prometi dar mais alguma informação do que aqui tenho dada é de tal maneira e tais são as coisas dela, que quase me arrependo do que tenho prometido, porque realmente não sei por onde comece a cumprir minha

promessa, porque se não há-de imaginar que é ela uma Roma, uma Constantinopla, uma Veneza, um Paris, um Londres, uma Sevilha, uma Lisboa, nem nenhuma de quantas cidades insignes há na Europa, por mais famosas e populosas que sejam; nem fora da Europa se há-de imaginar que é como o Cairo no Egipto, Tauris na Pérsia, Amadabad em Cambaia, Bisnaga em Narsinga, o Gouro em Bengala, o Avá no Chaléu, Timplão no Calaminhá, Martavão e Bagou em Pegu ou Gimpel e Tintau em Siammon, Odiá no Sornau, Passarvão e Demá, na ilha de Jaoa, Pangor no Léquio, Uzangué no grão Cauchim, Lançame na Tartária e Miocó em Japão, as quais cidades todas são metrópoles de grandes reinos, porque ousarei afirmar que todas estas se não podem comparar com a mais pequena coisa deste grande Pequim, quanto mais com toda a grandeza e sumptuosidade que tem em todas as suas coisas.. (1989: 385-6).

Mas não é só a China que o atrai e espanta. São todas as *muitas e muito estranhas coisas que viu e ouviu* por diversas e distantes terras do Oriente em que pode viver, no limite da vertigem, as aventuras que tanto o europeu daqueles tempos sonhava —mas não ousava— experimentar. E não só o europeu daquele tempo, pois que a *Peregrinação* continua a aguçar a imaginação de leitores de todos os tempos e lugares.

A disponibilidade para ver conduz Fernão Mendes Pinto —e junto com ele, nós, os leitores— à experiência única da **cintilação do real**, através de que pôde relativizar os distintos modos de ser e viver de tantas e tão diversas gentes. Muito ao contrário de Caminha para quem o mundo era um só, embora fossem tantos. E, por razões bastante diversas, muito ao contrário de um conhecido engenheiro naval, viajante de outras viagens e *doublé* de poeta, que atende por Álvaro de Campos e que assim diz no seu *Opiário*:

*Eu acho que não vale a pena ter
Ido ao Oriente e visto a Índia e a China.
A Terra é semelhante e pequenina
E há só uma maneira de viver.*

Não foi o que achou e viveu Fernão Mendes Pinto. Mas a vida —diria o próprio, e não o negaria Campos— é feita de muitos achados.

BIBLIOGRAFIA

- AFFERGAN, Francis (1987): *Exotisme et alterité*. Paris, PUF.
CAMINHA, Pero Vaz de (1987): *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, Europa-América (Fixação do texto e notas por Neves Água).
CATZ, Rebeca (1978): *A sátira social de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Prelo.
CORTESÃO, Jaime (1944): . *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa, Portugalia.

- LE GENTIL, Georges (1947): *Les portugais en Extrême-Orient: Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l'exotisme au XVIème siècle*, Paris, Hermann.
- MACEDO, Helder (1993): «Reconhecer o desconhecido», *Anais do XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, Lisboa.
- PINTO, Fernão Mendes (1989), *Peregrinação e cartas*, Lisboa, Afrodite. (Versão para o português atual por Maria A. Menéres.)
- SEGALEN, Victor (1978): *Essai sur l'exotisme*, Paris, Fata Morgana.
- VISCONDE DE LAGOA (1947): *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (tentativa de reconstituição geográfica)*, Lisboa, JMGIC, v. 2, t. 1.